

Aureliano impede um rompimento

E adverte a Aliança para "a primazia das razões nacionais"

JOAO EMILIO FALCAO
Repórter Especial

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, é, hoje, o último obstáculo para que o PFL rompa com o Governo Sarney. Apesar de ser contra a política econômica e preocupar-se com outras questões, como as greves sucessivas, Aureliano está recomendando cautela para evitar que o PFL desestabilize o Governo e prejudique a transição democrática, impedindo o fortalecimento da sociedade civil e da democracia, seus objetivos.

Contido pelo ministro, que adverte sobre "a primazia das razões nacionais", o PFL está, porém, num dilema hamletiano: ou rompe de imediato com o PMDB e em consequência com o Governo ou acaba implodindo. "Estamos afiando a faca" — observou, há dias, o senador José Agripino (RN), que chegou a ser apontado para presidente do Partido. "Só a briga com o PMDB nos une" — afirma o deputado Lúcio Alcântara (CE).

BASES

Além da preocupação com a estabilidade do Governo, o ministro Aureliano Chaves tem outra: a de que o PFL não tome nenhuma decisão de cúpula, fechada em um gabinete. Ele quer o partido refletindo as bases. Por isto, considera fundamental o resultado da reunião dos líderes das bancadas estaduais, marcada para o próximo dia 6, em Belo Horizonte.

A previsão, entre os constituintes, é de que os líderes estaduais defenderão o rompimento imediato com o PMDB, o grande adversário das últimas eleições. Os governadores do PMDB — 22 em 23 Estados — já começaram a perseguir partidários do PFL e a procurar atrair outros. Esse clima foi denunciado pelo deputado Humberto Souto (MG), na última reunião da bancada do PFL, quando alertou, também, para o avanço do governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, sobre os ministérios.

PMDB busca maior liberdade interna

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

O PMDB vive momentos de grande ebulição gerados de um lado, pela consciência dos conflitos ideológicos a serem provocados no debate dos grandes temas pela Constituinte e, de outro, pela disputa de poder a nível interno, resultado da convicção de que se faz necessário dinamizar a vida partidária e criar mecanismos democráticos de decisão.

No primeiro caso, o conflito ideológico está em pleno curso através do processo de indicação dos integrantes das comissões que discutirão os temas mais importantes da Constituinte. No segundo, há uma luta surda entre os que continuam ao lado de Ulysses Guimarães, mas defendendo a democratização das decisões internas, e os que querem simplesmente substituí-lo na presidência do partido, embora mantendo os métodos autoritários de comando partidário.

OS CONFLITOS

Progressistas e moderados acompanham atentamente o tortuoso processo de indicações dos integrantes das comissões, que deverá se concluir em reuniões neste fim-de-semana, vigiando para que o maior número possível de representantes de cada corrente ideológica estejam representados nas comissões mais importantes.

A esquerda, particularmente, não alimenta a ilusão de influir solitariamente na definição de um texto constitucional socialista. Suas cabeças mais lúcidas sentem a necessidade de evitar o isolamento buscando alianças capazes de gerar uma vontade majoritária que se cristalizaria numa posição de centro-esquerda, capaz de produzir uma Constituição tanto progressista quanto possível, política e socialmente.

Os mais conservadores não disfarçam sua inquietude com o processo de indicações, revelando desconfianças a respeito da ação desenvolvida pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas que, não obstante, procura se manter como uma espécie de magistrado, disposto a exprimir, no momento certo, as tendências majoritárias nas bancadas.

Entre coordenadores de

ANC 88
Pasta 26 a 31
março/87
058

Na última quinta-feira, ao receber em seu gabinete parlamentares do PFL do Paraná, Aureliano hipotecou sua solidariedade à bancada, propôs a romper de imediato com o PMDB. Observou, no entanto, a responsabilidade da Aliança Democrática para com a estabilidade pública.

No momento, o Governo está com dificuldades em várias frentes. O movimento grevista não é isolado. Pelo contrário. Está muito bem articulado e tem de ser resolvido. Ele mesmo, Aureliano, teve que tomar providências energéticas em relação à greve dos marítimos, que ameaçava deixar todo o Nordeste sem combustível.

A situação internacional é delicada com possibilidades de repressão se não forem acertados os empréstimos interbancários. O Governo não pode ser enfraquecido em sua política externa. Apesar de ter sido desde o início crítico do

Plano Cruzado e denunciado sua transformação em manobra eleitoral, o ministro das Minas e Energia prefere não esticar a corda nessa hora de dificuldades.

Outra advertência do ministro para a bancada do PFL foi sobre a inevitável reação da sociedade ante o aumento excessivo do Imposto de Renda. Ele, que procurou o presidente Sarney para adverti-lo do excesso e pedir o reexame da matéria, pois as providências adotadas foram insuficientes, acha que o PFL agiu muito bem em levar suas observações à Presidência da República, devendo manter essa linha de conduta.

MINISTERIO

Apesar de ter muito apreço pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), o ministro acha que as negociações em torno da mesa diretora da Constituinte poderiam ter sido melhor conduzidas. Os acordos políticos devem ser facilitados desde que não infrinjam pontos doutrinários ou princípios éticos. Ficaria mais feliz se o PFL em vez de brigar pelo cargo — 1º vice ou 1ª secretária — houvesse lutado por seus princípios, o que tem de fazer nas comissões.

O futuro está numa política de linha social-democrática. É impossível, num País com as distorções sociais como o Brasil, ter um pensamento conservador, mas não se pode, também, aderir ao radicalismo extremado. O PFL é, a seu ver, o Partido mais adequado para estruturar as reivindicações da sociedade.

No encontro com o PFL do Paraná, Aureliano esclareceu, também, que não participou de nenhum movimento para renúncia coletiva de todo o ministério. A escolha de ministros é da competência do presidente da República, competência exclusiva, e ele não interfere na questão, nem de um jeito, nem de outro. Seu cargo está sempre à disposição do Presidente, de quem, aliás, não ouviu nos últimos meses qualquer referência sobre reforma do ministério. Nem ampla, nem parcial. Nada.

Ulysses lembra os princípios

São Luís — O deputado Ulysses Guimarães disse, a propósito da manifestação de alguns deputados do PFL relacionada com a possibilidade de um rompimento na Aliança Democrática, que "a aliança entre o PMDB e o PFL é em torno de princípios e de uma carta assinada pelos presidentes Tancredo Neves, Sarney e outros, entre os quais o ministro Marco Maciel".

Disse ainda o deputado Ulysses Guimarães que "a Aliança Democrática está apoiada em princípios que selam a unidade que forma o bloco de apoio ao Presidente de República, que fortalecem a luta por uma solução para o problema da dívida externa, uma posição pela qual sempre lutou o PMDB". E que "tem informações de que, superado o problema da constituição da mesa, os entendimentos do PMDB com o PFL voltam à normalidade".



Aureliano teme decisão de cúpula do PFL

Carneiro se diz "marginalizado"

O PMDB-RJ está virtualmente dividido. O senador Nelson Carneiro, que responde pela presidência do diretório regional, anunciou ontem que não considerava o seu partido representado no governo de Moreira Franco.

Não foi ouvido para a indicação de nenhum cargo. A exceção do vice-governador Francisco Amaral, que assim mesmo foi indicado para a Secretaria de Promoção Social, quando o indicou para a de Desenvolvimento Urbano — salientou, queixoso.

Carneiro comparou o tratamento dado por Moreira a Francisco Amaral em relação à postura do governador pernambucano Miguel Arraes, ao seu vice, Carlos Wilson.

E realmente muito pouco. Enquanto Arraes trabalha para fazer o seu companheiro de chapa ministro, aqui no Rio quase não se faz o vice-secretário. E muito pouco — acusou.

Na opinião de Carneiro, "outros partidos foram muito mais aquinhoados do que o PMDB. Citou, especificamente, o PFL. "Ainda não fix as contas. Não conheço todos os secretários. Mas o PMDB está pouco representado no governo"; acrescentou.

As declarações do senador foram feitas ontem numa confusa reunião na sede do PMDB fluminense, na avenida Almirante Barroso, no centro do Rio e serviram para antecipar uma crise que se desenha desde que Moreira Franco foi acusado de compor o seu governo sem ouvir o partido.

REUNIÃO DE DIRETORIO
O deputado Paulo Ramos, um dos mais insatis-

feitos com o procedimento de Moreira, encaminhou ao senador Nelson Carneiro o pedido de uma reunião do diretório regional do partido para discutir a participação do PMDB no governo. Carneiro concordou. Foi abordado pelo secretário-geral do partido, Jorge Gama — exerce o cargo de subsecretário de Governo —, que ponderou sobre a "inoprotunidade" de uma convocação do diretório, "pois um mesmo fato" segundo disse o senador, reproduzindo os argumentos de Gama, "poderia gerar interpretações diversas".

Para evitar o confronto, resolveu atender a Jorge Gama, que, segundo me informou, falava em nome do governador — justificou Carneiro.

Só que o senador esqueceu de avisar o deputado Paulo Ramos, segundo admitiu. A proposta de Gama era para que a reunião do diretório fosse transformada em reunião da comissão executiva com os parlamentares do partido. Paulo Ramos insistiu, no entanto, em convocar a reunião do diretório. Uma reunião "informal", segundo explicou, "porque quem pode legalmente fazer a convocação é o presidente da executiva". Ramos enviou telegramas para os seus correligionários e segmentos desconhecidos do partido com o procedimento de Moreira, que foram até a sede do PMDB.

Se formos contar, existem apenas quatro peemedebistas no primeiro escalão do governo — contabilizou o deputado. "Não se trata de briga por cargos ou de fisiologismo. Fisiologismo é chamar para compor o governo quadros fora do partido", disse.

Contag protesta e indica nomes

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) enviou ofício aos líderes do PMDB (Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique) e ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, em que protesta com o tratamento que está sendo dado pela Constituinte às propostas dos trabalhadores rurais, principalmente em relação à reforma agrária.

A Contag denuncia que "parlamentares comprometidos com o latifúndio poderiam ser designados para a Subcomissão de Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária". Pede que as lideranças do PMDB indiquem os deputados Vicente Bogo, Nelson Friedrych, José Carlos Sabóia, Benedito Monteiro, Ademir de Andrade e Ha-

roldo Sabóia para integrem a subcomissão.

No ofício, lembra que representam 12 milhões de famílias de trabalhadores rurais e oito milhões de associados em mais de 2.600 sindicatos e 22 federações. A indicação dos parlamentares comprometidos com a defesa da reforma agrária é, segundo o documento, uma tentativa de "evitar que as esperanças dos trabalhadores rurais sejam frustradas".

A preocupação da Contag é contribuir para "transformar a futura Constituição num instrumento de confirmação e avanço do processo da reforma agrária", e impedir que parlamentares não comprometidos com o tema possam conduzir os trabalhos na subcomissão.

Machado teme monopólio paulista

O deputado Gilson Machado (PFL-PE) advertiu ontem que a excessiva concentração de poderes em mãos de representantes de São Paulo, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte e do Executivo, poderá converter a futura Constituição em um brevíssimo para a proteção dos interesses paulistas. Exemplificou enumerando alguns dos postos Assembleia e da Câmara dos Deputados sob controle de polícia de São Paulo, entre os quais a Presidência da (Ulysses Guimarães), a liderança do PMDB na Constituinte (Mário Covas), a liderança no Senado (Fernando Henrique Cardoso), o cargo de relator da Comissão da Ordem Econômica (Severo Gomes) e no Executivo, como figura exponencial, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, além do deputado Ralph Blasi, apontado como futuro ministro da Indústria e do Comércio.

Gilson Machado afirma que o monopólio do poder político por São Paulo seguramente "irá refletir-se na Constituição e nas decisões do Governo, sobretudo no que diz respeito aos critérios distributivistas da renda nacional, com graves repercussões para o equilíbrio federativo". Acentua que essas distorções atingem, principalmente, os Estados mais carentes da Federação — os do Norte e Nordeste — "e, por conseguinte, agravam os desníveis entre as regiões, aprofundam as desigualdades entre as pessoas e geram injustiças inaceitáveis".

E fato notório que São Paulo, detentor de 50 por cento do Produto Interno Bruto, exerce um certo colonialismo interno em relação ao Nordeste, na medida em que, por força de políticas alienadas, esta região não ultrapassa a condição de produtor de matérias-primas. E, quando consegue processar produtos industriais acabados, não pode consumi-los, em função de sua pobreza crônica, sustenta Gilson Machado.

Propõe o parlamentar que as lideranças nacionais e, igualmente, o presidente José Sarney reflitam sobre o problema, a fim de evitar que a marginalização da maioria dos Estados acabe criando um superpoder interno, em prejuízo da estabilidade política, econômica e social de todo o País.